



Muitas novidades esperam por você nesta edição! Confira!

Na **seção societária**, o assunto desta edição é o risco da constituição de cooperativas multiprofissionais, aquelas compostas por trabalhadores de diversas categorias e níveis profissionais. A prática tem repercussões jurídicas e judiciais relevantes e as cooperativas de trabalho devem estar atentas ao que determina a legislação e a jurisprudência.

Já a **matéria tributária** é voltada para o ramo agropecuário. Analisamos importante precedente do TRF-4 acerca do direito à apuração de crédito presumido de PIS/COFINS em contrato de integração vertical firmado entre as cooperativas e os produtores rurais pessoas físicas cooperados.

No **Trabalhista em Pauta** veremos que com a evolução dos meios de trabalho, o avanço da tecnologia e as mudanças nas relações de trabalho, são necessárias atualizações constantes das chamadas normas regulamentadoras, que são diretrizes relacionadas à saúde e segurança do trabalhador. Confira um pouco mais sobre esse assunto nessa edição.

Na **seção Dicas Processuais**, conheça algumas das novas tecnologias desenvolvidas para impulsionar a transformação digital do Judiciário. Uma das principais novidades será a implementação do Domicílio Judicial Eletrônico, que concentrará e automatizará todas as comunicações processuais enviadas pelo Poder Judiciário.

Além disso tudo, aproveite a leitura e **Fique por Dentro** das novidades divulgadas no portal da LGPD no Coop e dos temas que serão debatidos no Congresso de Direito Cooperativo da ACI Américas, que acontecerá no Paraguai nesse mês!

GIRO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES

SAÚDE



Possibilidade de reajuste de contratos de saúde coletivos sem necessidade de aplicação dos índices autorizados pela ANS para os planos individuais/familiares.

Ementa

Íntegra da decisão

CRÉDITO



Possibilidade de averbação premonitória de ação executiva em bem de família para conhecimento de terceiros e eventual alienação fraudulenta.

Ementa

Íntegra da decisão

Inexistência de relação de consumo em cédula de crédito rural.

Ementa

Íntegra da decisão

Possibilidade de adoção da variação do CDI como encargo financeiro em operações de crédito.

Ementa

Íntegra da decisão

Legalidade da capitalização de juros em periodicidade diária, quando expressamente pactuado.

Ementa

Íntegra da decisão

Inaplicabilidade de limitação aos juros remuneratórios pactuados.

Ementa

Íntegra da decisão

AGROPECUÁRIO



Necessidade de lançamento de ofício, antes de 31.10.2003, para cobrança de diferença dos débitos apurados em DCTF decorrentes de compensação tributária indevida.

Ementa

Íntegra da decisão

Necessidade de comprovação do pagamento dos pedágios pelo transportador para direito ao ressarcimento pelo contratante do frete.

Ementa

Íntegra da decisão

SOCIETÁRIO

EM PAUTA

Desafios do cooperativismo de trabalho na caracterização da prestação de serviços especializados

Dentre as diversas iniciativas adotadas pelo Sistema OCB na defesa do cooperativismo de trabalho está a conscientização sobre as práticas que trazem segurança jurídica e fortalecem a sua inserção no mercado de prestação de serviços.

Nesse propósito, requisitos como o serviço especializado e a afinidade societária ganham bastante relevo no momento da decisão pela contratação de uma cooperativa de trabalho ou mesmo na análise de casos concretos que chegam ao Poder Judiciário, em especial naquelas compostas por multiprofissionais. Essas últimas são conhecidas por serem compostas por trabalhadores de diversas categorias e níveis profissionais com o propósito de ampliar as oportunidades de atuação no mercado de trabalho.

Embora a legislação cooperativista vigente não tenha vedado expressamente a constituição dessas cooperativas, o quadro social, no momento de sua fundação, deve estar atento à identificação da afinidade profissional entre associados de categorias e níveis profissionais distintos. É com este enfoque que a seção Societário em Pauta vem trazer alguns alertas e recomendações, além de trazer um panorama sobre como a questão tem sido enfrentada pelo Poder Judiciário.

Saiba mais

TRIBUTÁRIO

EM PAUTA

TRF-4 afirma direito à apuração do crédito presumido de PIS/COFINS em contrato de integração vertical firmado entre cooperativa e produtores rurais cooperados.

O cooperativismo agropecuário conseguiu uma importante decisão no âmbito judicial, no sentido de que o ato cooperativo, ainda que não implique operação de mercado, nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria, conforme dispõe o art. 79, parágrafo único, da Lei nº 5.764/71, não obsta o direito à apuração do crédito presumido de PIS/COFINS, independente da natureza jurídica de contrato de integração entre a cooperativa e seus cooperados.

O acórdão representa um importante precedente às cooperativas agropecuárias que operam por meio de contratos de integração vertical ou têm interesse de participar deste modelo. Para entender um pouco mais sobre o mérito do acórdão e seus principais reflexos para as cooperativas, o Tributário em Pauta dessa edição traz uma análise detalhada da decisão.

Saiba mais

TRABALHISTA

EM PAUTA

A revisão das normas regulamentadoras e os impactos nas relações de trabalho

As normas regulamentadoras são um conjunto de procedimentos e disposições relacionados à saúde e segurança do trabalho, visando prevenir acidentes de trabalho tomando o ambiente mais seguro e saudável. Com a evolução dos meios de trabalho, do avanço da tecnologia e da mudança nas relações de trabalho, as normas regulamentadoras necessitam de atualizações, de modo a aperfeiçoar os conceitos existentes e inserir as boas práticas.

Para conhecer um pouco mais, clique abaixo e confira nosso material sobre as atualizações das normas regulamentadoras e seus impactos nas relações de trabalho.

Saiba mais

DICAS

PROCESSUAIS

CNJ inicia a implementação do Portal de Serviços do Poder Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de um programa denominado Justiça 4.0, desenvolveu o Portal de Serviços do Poder Judiciário, com o escopo de centralizar processos e diligências judiciais de tribunais de todo o país em um ambiente virtual único, sem necessidade de acessar diferentes sistemas de processo eletrônico.

Um dos principais serviços disponibilizados, o Domicílio Judicial Eletrônico, concentrará e automatizará todas as citações, intimações e demais comunicações processuais enviadas pelo Poder Judiciário a pessoas físicas e jurídicas. Após implementado nacionalmente, será obrigatório o cadastro da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de Órgãos da Administração Indireta, de empresas públicas e empresas privadas de médio e grande porte.

O cadastro dos bancos, inclusive os cooperativos, faz parte do projeto piloto de implementação do sistema, apesar de ainda não ser obrigatório nesta primeira fase.

Clique abaixo e conheça um pouco mais sobre as novas tecnologias desenvolvidas para impulsionar a transformação digital do Judiciário!

Saiba mais

FIQUE

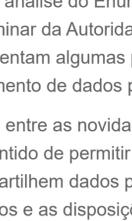
POR DENTRO

Paraguai sediará Congresso de Direito Cooperativo da ACI Américas

De 27 a 29 de outubro, na cidade de Asunción, Paraguai, acontecerá o **Congresso Cooperativo de Direito** com o tema "A identidade cooperativa e o direito cooperativo no pós-pandemia".

Nesses três dias, advogados e estudiosos do Direito estarão reunidos para debater, estudar e aprofundar os seguintes temas: (i) Ato Cooperativo e identidade cooperativa; (ii) Tecnologia, democracia e governo cooperativo; (iii) Desemprego, trabalho decente e cooperativas de trabalhadores; (iv) O uso cooperativo de novas fontes de energia; (v) Inovação e novas fronteiras das sociedades cooperativas; (vi) Aplicação do princípio do interesse pela comunidade; e (vii) Regulação e fiscalização de cooperativas. [Clique aqui](#) e acesse a programação completa do Congresso!

O ilustre Professor Dante Cracogna, Coordenador da Comissão de Direito Cooperativo das Américas, fez um especial convite aos advogados interessados em Direito Cooperativo para participarem do Congresso e apresentarem suas contribuições acadêmicas. [Assista ao vídeo!](#)



Identidade cooperativa e direito cooperativo no pós-pandemia

Congresso de Direito Cooperativo

27 - 29
OUTUBRO 2022

Quinta Ykua Satî
Asunción, Paraguai



Confira as novidades publicadas no site da LGPD no Coop

Novos conteúdos foram adicionados no site LGPD no Coop nas últimas duas semanas. Dentre as publicações mais recentes no portal, trouxemos uma breve análise do Enunciado nº 684 da IX Jornada de Direito Civil e do Estudo Preliminar da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que apresentam algumas possibilidades para dispensa do consentimento no tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes.

Ainda entre as novidades, divulgamos o novo entendimento do STF proferido no sentido de permitir que órgãos e entidades da administração pública federal compartilhem dados pessoais entre si, desde que sejam observados os critérios e as disposições da LGPD. Nesse mesmo espaço, publicamos informações sobre a última reunião do Conselho de Proteção de Dados Pessoais no Cooperativismo (CPDC).

Fechando as atualizações mais recentes, disponibilizamos na aba "materiais de apoio" o vídeo do lançamento do *site da LGPD no Coop*, que contou com uma exposição detalhada de cada seção da nossa página eletrônica e ainda com a palestra do advogado e especialista em Direito Digital, Cristhian Groff, com o tema "LGPD e a função do DPO na Cooperativa".

Acesse o site
LGPD
no cooperativismo

<https://lgpd.coop.br/>

